

PROJETO MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: AÇÕES, RESULTADOS E DESAFIOS EM 2026.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Masculinidades e Políticas Públicas, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Campus Governador Valadares, desenvolveu, ao longo do ano letivo de 2026, ações educativas e formativas voltadas à reflexão crítica sobre a construção social das masculinidades, as desigualdades de gênero e suas relações com diferentes formas de violência e discriminação. As atividades foram realizadas em espaços comunitários, instituições socioeducativas, escolas e junto a profissionais de políticas públicas, buscando articular a formação acadêmica dos extensionistas às demandas sociais relacionadas à promoção da igualdade de gênero e à prevenção da violência.

A experiência reuniu ações de natureza distinta, mas articuladas por uma preocupação comum: problematizar normas de gênero naturalizadas e ampliar as possibilidades de construção de relações baseadas no respeito, na responsabilidade e na igualdade. O relato apresenta o percurso formativo dos extensionistas, as principais frentes de atuação, os aprendizados obtidos e os desafios que condicionaram a continuidade das atividades.

2. FORMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DOS EXTENSIONISTAS

A primeira etapa do projeto consistiu na formação teórico-conceitual dos extensionistas. Embora tenha constituído o ponto de partida para a organização das intervenções, essa formação continuou ao longo de todo o ano letivo, em diálogo com as experiências de campo. A ação de capacitação ocorreu junto ao grupo de estudos chamado “Direito, Gênero e Sexualidade”, também orientado pelo coordenador do presente projeto, sendo a participação no grupo uma etapa obrigatória de formação dos extensionistas. Seu objetivo foi oferecer instrumentos para compreender criticamente a construção social das masculinidades, as relações de gênero, a sexualidade e os mecanismos de reprodução das desigualdades e hierarquias sociais, de modo que as ações não se restringissem à transmissão de orientações comportamentais.

O percurso formativo foi organizado a partir da leitura e discussão de obras e artigos científicos, entre os quais se destacaram: “Quem tem medo do gênero?”, de Judith Butler; “O corpo educado: pedagogias da sexualidade”, organizado por Guacira Lopes Louro; “Teoria King Kong”, de Virginie Despentes; “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, de Bell hooks; “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, de Thomas Laqueur; e “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de Sigmund Freud. Além dessas obras, os extensionistas tiveram uma formação complementar nos estudos sobre masculinidades, especialmente as produções de Connell e Messerschmidt. Estas últimas foram fundamentais para compreender as masculinidades como configurações de práticas sociais historicamente constituídas e atravessadas por relações de poder. Essa perspectiva também favoreceu a compreensão de que não existe uma única forma de masculinidade, mas configurações plurais e relacionais, cuja posição social varia conforme o contexto (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

A leitura de Butler (2024), especialmente na obra “Quem tem medo do gênero?”, contribuiu para discutir os processos políticos e sociais envolvidos na produção das categorias de gênero e na regulação dos corpos e das identidades. O debate ofereceu elementos para compreender as resistências contemporâneas às discussões sobre gênero e os discursos que procuram preservar modelos tradicionais de organização social entre os sexos, além de demonstrar como o próprio sexo é uma construção político-cultural que visa reforçar a heteronormatividade por meio de práticas ideológicas e materiais.

As reflexões reunidas por Louro (2010) em “O corpo educado: pedagogias da sexualidade” auxiliaram a análise do papel das instituições e das práticas educativas na produção de normas relativas ao corpo, à sexualidade e às identidades. A partir desse referencial, foi possível problematizar como a socialização estabelece expectativas distintas para meninos e meninas por meio de brincadeiras, comentários cotidianos, formas de reconhecimento e mecanismos de censura ou reprovação social.

A leitura de Freud (2016), em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, possibilitou discutir a sexualidade para além de uma compreensão estritamente biológica, considerando sua complexidade e seu desenvolvimento na formação humana, sobretudo na infância. A inclusão dessa obra no percurso formativo favoreceu o debate sobre a constituição da sexualidade e sobre os limites de explicações simplificadoras acerca dos desejos e dos comportamentos dos sujeitos.

O livro “Teoria King Kong”, de Despentes (2016), surgiu como forma de abordar temas polêmicos ligados à prostituição feminina, à pornografia e aos limites da crítica feminista tradicional como forma de emancipação feminina das relações de poder contemporâneas baseadas nas hierarquias entre os sexos. Já Laqueur (2001), em “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, permitiu historicizar as concepções sobre o corpo sexuado e compreender que as interpretações das diferenças sexuais não podem ser dissociadas dos contextos históricos e culturais em que são produzidas.

Por sua vez, Hooks (2018), em “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, contribuiu para compreender o feminismo como perspectiva crítica e prática coletiva de enfrentamento do sexismo e de outras formas de opressão. A obra favoreceu a reflexão sobre a participação dos homens nos debates sobre igualdade de gênero, sem perder de vista as assimetrias de poder que estruturam as relações sociais. Esse referencial mostrou-se pertinente à elaboração de atividades educativas com adolescentes, nas quais a problematização de comportamentos sexistas foi articulada à construção de formas de convivência baseadas no respeito e na responsabilidade.

A articulação desses referenciais não teve como finalidade aplicar mecanicamente teorias às realidades encontradas, mas oferecer aos extensionistas ferramentas para interpretar criticamente as experiências observadas nos diferentes espaços. A formação teórica subsidiou a elaboração das oficinas, a escolha das estratégias pedagógicas e a análise das resistências manifestadas pelos públicos participantes. Ao longo do ano, as experiências de campo foram confrontadas com as leituras, tornando a formação um processo contínuo de reflexão, avaliação e revisão das práticas.

3. OFICINAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO INSTITUTO NOSSO LAR

A maior parte das ações do projeto foi realizada junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Instituto Nosso Lar, localizado no bairro Turmalina, em Governador Valadares. Nesse espaço, foram oferecidas oficinas destinadas a adolescentes entre 12 e 16 anos, realizadas quinzenalmente durante o primeiro semestre e mensalmente no segundo semestre.

As atividades abordaram a desconstrução das hierarquias de gênero, a identificação de padrões de comportamento sexistas na adolescência, as relações entre masculinidades,

bullying e discriminação, a construção de projetos de vida e a promoção da autoconsciência acerca de comportamentos compulsivos e das influências sociais que participam da formação das condutas individuais e coletivas. Buscou-se estimular o diálogo, a reflexão crítica e o reconhecimento dos efeitos das normas de gênero nas relações interpessoais, na convivência comunitária e nas possibilidades de desenvolvimento dos adolescentes.

A implementação das oficinas evidenciou desafios importantes. Um dos principais foi o estabelecimento de relações de confiança entre extensionistas e adolescentes. O tempo reduzido de convivência e a quantidade limitada de encontros dificultaram a consolidação de vínculos capazes de favorecer a exposição de experiências pessoais, o questionamento de valores incorporados e a construção de um ambiente de diálogo continuado. A experiência indicou que intervenções sobre identidade, relações afetivas e normas de gênero demandam regularidade e tempo para a construção da confiança.

Também foram observadas dificuldades de engajamento, especialmente diante da reprodução de comportamentos sexistas no contexto juvenil, mais acentuadamente entre os meninos. A naturalização de hierarquias entre homens e mulheres e a reprodução de padrões tradicionais de masculinidade constituíram obstáculos à problematização das desigualdades. Essa dificuldade reforçou a necessidade de estratégias pedagógicas que dialoguem com as experiências cotidianas dos adolescentes, sem desconsiderar as resistências culturais e grupais que atravessam suas sociabilidades.

Outro desafio consistiu no esgotamento de determinadas temáticas e formas de abordagem. A necessidade de manter o interesse dos adolescentes e, simultaneamente, aprofundar questões complexas exigiu adaptação metodológica e elaboração de novas estratégias. Somou-se a isso a desistência de diversos extensionistas ao longo do ano letivo, em muitos casos após o cumprimento da carga horária obrigatória de extensão. Essa rotatividade comprometeu a continuidade do trabalho, a preservação dos vínculos estabelecidos e a acumulação de experiências pedagógicas pela equipe.

Apesar dessas dificuldades, as oficinas proporcionaram experiências relevantes para a formação dos estudantes e para a compreensão dos desafios concretos envolvidos na promoção de mudanças culturais relacionadas às masculinidades. Os obstáculos encontrados constituíram também elementos de aprendizagem sobre os limites de intervenções pontuais e sobre a importância da continuidade das ações.

4. CAPACITAÇÕES PARA A POLÍTICA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE DE MINAS GERAIS

O projeto promoveu duas capacitações destinadas às equipes da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais. A primeira ocorreu presencialmente, para as frentes de trabalho do município de Governador Valadares; a segunda foi realizada on-line, com participação das equipes atuantes em todo o estado.

As capacitações abordaram fundamentos teóricos e estratégias práticas de mobilização para intervenções preventivas no campo da violência contra as mulheres. O objetivo foi contribuir para o aprimoramento das práticas profissionais, oferecendo instrumentos para compreender as relações entre masculinidades, desigualdades de gênero e violência e para enfrentar resistências que frequentemente surgem durante as intervenções.

As atividades foram marcadas pelo compartilhamento de experiências entre o coordenador do projeto e os profissionais da política pública. Foram discutidas estratégias de aproximação com os públicos atendidos, possibilidades de condução de atividades reflexivas e dificuldades encontradas na abordagem de temas relacionados a gênero e masculinidades. Entre os obstáculos relatados, destacou-se a rejeição desses assuntos por homens autores de violência, por segmentos da comunidade e, de maneira mais ampla, por contextos culturais nos quais as desigualdades de gênero permanecem naturalizadas.

O diálogo entre a experiência acadêmica e a prática profissional permitiu reconhecer que a prevenção da violência contra as mulheres não depende apenas da transmissão de informações ou da apresentação de argumentos normativos. Trata-se de um trabalho que exige estratégias de mobilização, construção de vínculos, compreensão das dinâmicas sociais locais e metodologias capazes de enfrentar resistências sem abandonar a perspectiva crítica sobre as relações de poder.

As capacitações evidenciaram a importância da articulação entre universidade e políticas públicas. Ao compartilhar conhecimentos teóricos e experiências práticas, o projeto aproximou a reflexão acadêmica das demandas cotidianas dos profissionais responsáveis por ações preventivas e, simultaneamente, incorporou ao seu repertório as dificuldades concretas vivenciadas pelas equipes.

5. OFICINAS NA CASA DE SEMILIBERDADE DE GOVERNADOR VALADARES

O projeto foi convidado a realizar duas oficinas, ao longo do ano, na Casa de Semiliberdade de Governador Valadares, abordando a relação entre masculinidades e violência e o tema da paternidade responsável. As atividades buscaram promover reflexões sobre modelos de masculinidade associados à agressividade, à imposição da autoridade, à negação da vulnerabilidade e à reprodução de relações hierárquicas, além de discutir responsabilidades relacionadas ao exercício da paternidade e ao estabelecimento de vínculos familiares.

As oficinas apresentaram desafios específicos. Foi identificada dificuldade significativa para sensibilizar os jovens submetidos à medida socioeducativa a questionar padrões tradicionalmente associados à masculinidade tóxica e a considerar formas menos violentas de relacionamento. As resistências observadas não podem ser compreendidas exclusivamente como características individuais dos participantes, pois também se relacionam aos contextos sociais e institucionais em que suas experiências são constituídas.

Chamou a atenção a permanência de referências hierárquicas e práticas violentas nas relações estabelecidas no contexto socioeducativo e em outros espaços de sociabilidade dos adolescentes. A coexistência entre propostas educativas orientadas à responsabilização e à transformação das condutas e ambientes nos quais persistem práticas violentas evidencia os limites de intervenções pontuais e a necessidade de ações institucionais contínuas e coerentes.

A experiência reforçou que a prevenção da violência exige mais do que a responsabilização individual por comportamentos inadequados. É necessário considerar as condições sociais e relacionais que favorecem a reprodução da violência e oferecer referências alternativas de convivência, resolução de conflitos, exercício da paternidade e construção das identidades masculinas. Embora as oficinas tenham encontrado dificuldades de sensibilização, permitiram identificar questões relevantes para o aperfeiçoamento de estratégias educativas destinadas a esse público.

6. AÇÕES DE PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

As ações escolares foram dedicadas à discussão do feminicídio e de sua relação com a construção social das masculinidades. Em março de 2026, o projeto promoveu uma atividade

de conscientização com estudantes dos anos finais do ensino fundamental da Escola Estadual Prefeito Joaquim Pedro Nascimento. Por meio de uma dinâmica participativa, buscou-se estimular a reflexão sobre as relações entre padrões de masculinidade, comportamentos sexistas, desigualdades de gênero e violência contra as mulheres, destacando o feminicídio como uma das manifestações extremas dessas relações de poder.

Posteriormente, na primeira semana de setembro de 2026, o projeto participou de uma ação educativa na Escola Estadual João Wesley, localizada no bairro Nova Vila Bretas, em Governador Valadares, com estudantes do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. A atividade esteve relacionada às iniciativas de conscientização promovidas em torno do mês de prevenção ao feminicídio, em agosto, e teve como objetivo discutir as relações entre masculinidades, desigualdades de gênero e violência contra as mulheres.

As experiências realizadas nas duas escolas foram particularmente produtivas e se destacaram pela participação ativa dos estudantes. Em comparação com as intervenções realizadas em outros contextos, observou-se maior facilidade para conduzir as atividades, envolver os participantes e problematizar hierarquias de gênero. As resistências ao debate também se mostraram menos acentuadas, e questões disciplinares e comportamentais que demandavam atenção em outros espaços não constituíram obstáculos significativos.

Uma hipótese para compreender essa diferença está relacionada ao apoio oferecido por professores e demais servidores das instituições escolares, muitos deles engajados na construção de debates sobre gênero, respeito e prevenção da violência no ambiente educacional. A presença de profissionais comprometidos com a temática favoreceu a legitimidade das intervenções, contribuiu para a criação de um ambiente receptivo e permitiu que os estudantes participassem de maneira mais espontânea e reflexiva.

As experiências demonstraram a relevância da escola como espaço de prevenção à violência de gênero. Ao possibilitar o debate coletivo sobre comportamentos cotidianos, estereótipos e relações de poder, as atividades aproximaram questões frequentemente percebidas como abstratas das experiências concretas de convivência dos estudantes. Também evidenciaram que a articulação entre o projeto de extensão e os profissionais da educação constitui fator importante para a efetividade das intervenções.

A comparação entre os diferentes espaços de atuação indicou que as resistências ao debate sobre masculinidades não se manifestam de maneira uniforme. Elas variam conforme as relações estabelecidas com os participantes, as características das instituições, o apoio das equipes locais e as condições de realização das atividades. A experiência reforçou, assim, a

importância de metodologias sensíveis às particularidades de cada público e do fortalecimento de parcerias institucionais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das experiências desenvolvidas pelo projeto Masculinidades e Políticas Públicas, da UFJF Campus Governador Valadares, evidencia a relevância da extensão universitária como instrumento de articulação entre formação acadêmica, intervenção social e fortalecimento de políticas públicas voltadas à prevenção da violência. As ações permitiram atuar com adolescentes em contextos comunitários e socioeducativos, colaborar com profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade e promover debates sobre feminicídio e masculinidades em instituições escolares.

Ao longo dessas experiências, ficou evidente que o enfrentamento das desigualdades de gênero e da violência contra as mulheres exige a problematização de padrões de masculinidade que legitimam a dominação, a agressividade, o controle e a desvalorização das mulheres. Contudo, também se constatou que atividades pontuais encontram limites importantes quando não são acompanhadas de vínculos continuados, apoio institucional e condições materiais adequadas.

Um dos principais desafios para a manutenção das ações foi a restrição ao transporte destinado especificamente às atividades de extensão por parte da universidade. A dificuldade de deslocamento para os espaços comunitários, socioeducativos e escolares comprometeu as condições de planejamento e execução das atividades, dificultando a regularidade das intervenções e a consolidação das parcerias estabelecidas.

A continuidade do trabalho também foi prejudicada pela elevada rotatividade dos extensionistas, relacionada à baixa oferta de bolsas e ao caráter curricular da extensão. Quando a participação estudantil se limita, em grande medida, ao cumprimento de carga horária obrigatória, torna-se mais difícil assegurar a permanência de equipes experientes, a transmissão dos conhecimentos acumulados e a manutenção de relações de confiança com os públicos atendidos. A formação de extensionistas capazes de conduzir intervenções qualificadas demanda tempo, acompanhamento e oportunidades de envolvimento que ultrapassem o cumprimento formal das exigências curriculares.

Esses fatores afetam especialmente o trabalho com adolescentes e grupos socialmente vulnerabilizados, para os quais a construção de vínculos constitui condição importante para o

diálogo. As dificuldades observadas no Instituto Nosso Lar e na Casa de Semiliberdade reforçam que a transformação de padrões de comportamento e a problematização de valores naturalizados não se realizam de maneira imediata. São processos que exigem continuidade, confiança, repetição de experiências reflexivas e articulação com outros espaços de socialização.

Por outro lado, as experiências nas escolas e nas capacitações profissionais demonstraram o potencial das parcerias institucionais para ampliar o alcance das ações e favorecer a receptividade às discussões propostas. O apoio de professores, servidores e profissionais comprometidos com a prevenção da violência contribuiu para a construção de ambientes mais propícios à reflexão e ao diálogo, indicando a importância de fortalecer essas articulações e desenvolver estratégias de atuação conjunta.

Diante desse cenário, considera-se fundamental assegurar condições institucionais para a continuidade das ações extensionistas, incluindo suporte adequado para o transporte, valorização da participação estudantil, ampliação das oportunidades de bolsas e planejamento de intervenções de médio e longo prazo. A extensão universitária não deve ser compreendida apenas como atividade complementar à formação acadêmica, mas como processo de construção compartilhada de conhecimentos, estabelecimento de vínculos sociais e desenvolvimento de respostas às demandas da comunidade.

A experiência do projeto demonstra que os resultados não se restringem ao número de oficinas realizadas ou de pessoas alcançadas. Incluem os aprendizados produzidos a partir das dificuldades de mobilização, das resistências encontradas, das metodologias que se mostraram promissoras e das parcerias construídas. Preservar esses aprendizados e assegurar a continuidade dos vínculos estabelecidos são condições indispensáveis para aprofundar as intervenções e produzir efeitos mais consistentes.

Conclui-se que a continuidade do projeto é estratégica tanto para a formação crítica dos estudantes da UFJF quanto para o fortalecimento de iniciativas comunitárias, educacionais e institucionais de prevenção à violência. A consolidação de uma cultura de igualdade de gênero e de formas de masculinidade menos violentas depende de ações permanentes, articuladas e comprometidas com a transformação das relações sociais. Garantir condições materiais e humanas para a manutenção do projeto significa reconhecer a importância pública da extensão universitária e seu potencial de contribuição para relações mais igualitárias, responsáveis e respeitadas.

8. REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

DESPENTES, Virginie. Teoria King Kong. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.